Regulamentação das Redes Sociais sob a Ótica do Direito Brasileiro

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Pedro Henrique Pereira Rodrigues

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

No contexto contemporâneo, as redes sociais desempenham um papel central na vida das pessoas e na dinâmica social, proporcionando um espaço de interação, compartilhamento e informação sem precedentes. No entanto, a ausência de uma regulamentação específica no Brasil quanto ao funcionamento e responsabilidades das plataformas digitais levanta importantes questões relacionadas à proteção dos direitos dos usuários, à segurança online, à disseminação de fake news e discursos de ódio. Este estudo visa analisar de forma abrangente como o direito brasileiro lida com a regulação das redes sociais, considerando os desafios enfrentados e as perspectivas de evolução nesse cenário.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar a legislação brasileira vigente e as discussões em torno da necessidade de regulamentação das redes sociais, considerando os desafios e impactos dessa regulação na sociedade e no ambiente digital.

Material e Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da legislação brasileira pertinente, análise de jurisprudência relacionada ao tema das redes sociais e consulta a estudos acadêmicos que abordam aspectos legais e éticos da regulação do ambiente digital. Foram consideradas as principais leis e normas que tratam da proteção de dados pessoais, direitos do consumidor, liberdade de expressão e responsabilidade civil no âmbito da internet.

Resultados e Discussão

No Brasil, a regulação das redes sociais é abordada por meio de um conjunto de leis e regulamentos, tais como o Marco Civil da Internet, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados. Contudo, a complexidade e simplicidade do ambiente digital apresentam desafios para a efetiva aplicação dessas normas, especialmente no que diz respeito à responsabilidade das plataformas pela disseminação de conteúdos prejudiciais e ilegais. A discussão em torno da moderação de conteúdo, da transparência nas políticas das redes sociais e da proteção da privacidade dos usuários é fundamental para o aprimoramento da regulação do setor.

Conclusão

A regulamentação das redes sociais no Brasil é um tema em constante evolução, demandando a atenção de legisladores, empresas e sociedade civil para garantir a proteção dos direitos dos usuários e a promoção de um ambiente online seguro e ético. A discussão sobre a responsabilidade das plataformas digitais e a necessidade de medidas mais eficazes é essencial para mitigar os impactos negativos das redes sociais na sociedade.

Referências

- Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet
- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)
- Constituição Federal de 1988
- Jurisprudência relacionada à regulação das redes sociais no Brasil